

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Journal do Comércio

Class.:

303

Data

11/07/84

Pg.:

Amazonino critica veto ao uso mineral em área indígena

BRASILIA — O veto ao aproveitamento das jazidas minerais porventura existentes em terras indígenas por empresas privadas nacionais, tese até aqui vitoriosa na Assembleia Nacional Constituinte, está sendo considerada pelo governador Amazonino Mendes (PMDB) "uma mutilação política do Amazonas em 25% de seu território", representando também o bloqueio de um dos seus principais instrumentos para promover o desenvolvimento econômico-regional e o progresso social de sua gente". Salientando a confiança depositada no relator da Comissão da Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), Amazonino articula uma frente de governadores do Norte objetivando a revisão dessa proibição "dentro das atividades da comissão, se ainda houver tempo".

O chefe do executivo amazonense considera também que a idéia de se criar "nações indígenas", dentro do território brasileiro, propagadas em outros países da região amazônica, significaria uma ruptura geográfica da nação: "Teríamos a redução do Brasil e o surgimento de um verdadeiro estado multinacional indígena. Por coincidência, esse vasto território concentra boa parte das riquezas hoje conhecidas na área mineral. Minerais muitas vezes estratégicos, cuja distribuição de mercado a nível mundial

configura posições extremamente convenientes para grandes grupos multinacionais".

Para Amazonino, existe uma evidente coincidência entre a tese apresentada à Constituinte e os interesses em jogo, pois, a imobilização do Norte brasileiro e boa parte da Amazônia que se estende por outros países "representaria a garantia de muitas outras décadas de controle dos mercados internacionais de vários minerais nas mãos dos grupos que hoje ostentam essa posição. Grupos com fortes interesses multinacionais, inclusive nos países que sediam muitas das organizações leigas ou religiosas que estão na linha de frente dessa luta para transformar as terras indígenas em santuários intocáveis".

Em função dessa divergência e do reconhecimento de que é preciso respeitar a cultura indígena e a vontade das comunidades, Amazonino apóia a proposta de admitir o aproveitamento mineral das jazidas sob condições e controles claros e rigorosos: "Em primeiro lugar é preciso contar com a devida autorização da comunidade indígena. Depois é indispensável repartir os benefícios dessa exploração com essas mesmas comunidades. Finalmente, é importante restringir o acesso à exploração dessas jazidas. Esse trabalho deve ser feito apenas por empresas privadas nacionais.

■ BRASILIA — O ministro das

Minas e Energia, Aureliano Chaves, pediu paciência aos líderes de 45 mil índios do Alto Rio Negro e do Rio Uatuma, e reiterou sua posição contrária à mineração em terras indígenas, até que a Constituinte se pronuncie sobre a questão. Segundo o ministro, se a Funai ampliar áreas indígenas e estas se estenderem sobre regiões onde já trabalhem empresas de mineração, estes alvarás "terão de ser cancelados".

O posicionamento de Aureliano pela sustação dos efeitos da Portaria 1/87 da Funai, que regulamenta o exercício da mineração em áreas indígenas, frustra, pelo menos até o fim do ano, a intenção destes índios, associados à Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, que pretendiam abrir, com a assessoria da Funai, negociações com empresas de mineração — Parapanema e Gold Amazon —, visando a demarcação de suas terras e a criação de projetos econômicos próprios no campo da educação, saúde e agricultura.

Aureliano justificou-se, afirmando não querer criar uma expectativa de progresso e bem estar social para os índios e amanhã a Assembleia Nacional Constituinte caminhar noutra direção. Disse: querer evitar que a aplicação da lei hoje entre em choque, no futuro, com a nova Constituição. Acrescentou ter a convicção de que esta era uma posição correta.